



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024

EDITAL

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE MATA**, por meio do Núcleo de Licitações, situado na Rua do Comércio, nº 495, Bairro Centro, CEP 97410-000, em Mata, RS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 30/10/2024 às 08h00min (horário de Brasília)

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – ENDEREÇO ELETRÔNICO:
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO LICITADO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE**.

1.2. A forma como a licitação está dividida pode ser verificada no Anexo I do Termo de Referência deste Edital.

1.3. A contratada deverá se responsabilizar pelo transporte dos bens até os locais determinados pelo Município de Mata.

1.4. A existência de preços registrados **não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir**, facultando-se a realização específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Portal de Compras Públicas até à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. O Anexo I do Termo de Referência indicará, se for caso, para quais itens a participação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil,

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br

Página 2 de 35



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.6.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.6.2. O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem nas alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.5. O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.6.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.6.7. A vedação de que trata a alínea “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.



3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. DA HABILITAÇÃO:

Os Documentos de Habilitação deverão ser **ANEXADOS e TAMBÉM MARCADOS** em campo próprio, exclusivamente no Sistema Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme segue:

3.4.1. DECLARAÇÕES GERAIS: (Marcados em campo próprio)

- a) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;
- b) Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- d) Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666/1993, acrescido pela Lei 9854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- e) Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

3.4.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: (Anexados)

- a) Registro Comercial, no caso de empresa Individual; e ou
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento.

3.4.3. DA REGULARIDADE FISCAL: (Anexados)

- a) Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- b) Certidão Negativa de Débito, relativo aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débito do FGTS;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual.

3.4.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA: (Anexado)

Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua emissão.

3.4.5. DA REGULARIDADE TRABALHISTA: (Anexado)

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

3.5. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.7. A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.7.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

3.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, ou, quando for o caso, para as equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, equiparada ou sociedade cooperativa.

3.8. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br

Página 5 de 35



3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.11 possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Da abertura da sessão pública até o encerramento da fase de lances, em respeito ao Princípio do Sigilo das Propostas, o pregoeiro e as licitantes somente terão acesso aos dados informados nos campos de valor unitário/total e a descrição detalhada do objeto ofertado, não sendo possível identificar a razão social e as informações inseridas nos demais campos.

4.3. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

-
- 4.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.
- 4.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 4.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 4.6. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.8. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 4.9. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o critério de julgamento definido no presente Edital, ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.10. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50% (cinquenta centésimos por cento).
- 4.11. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 4.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado
- 4.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

4.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitem anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.13.5. Após o reinício previsto no subitem acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

4.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

4.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

4.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.14.3. No procedimento de que trata o subitem acima, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

4.14.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão as autoras dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitem anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente as licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

4.15.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 4.15, poderão as licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

-
- 4.15.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.15.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.15.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.15.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.15.6. Após o reinício previsto no subitem acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter seu último lance.
- 4.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.18. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 4.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 4.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.21. Caso à licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.22. Em relação a itens não exclusivos para participação das beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria para as beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 18.364/2016.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

4.22.1. Nessas condições, as propostas das beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.22.3. Caso a beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na referida Lei;

c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.24. Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota universal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço da primeira colocada da cota universal, quando aplicável.

4.24.1. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota universal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.24.2. O Município dará prioridade de aquisição do objeto das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.25.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

4.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.25.4. O pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Termo de Referência e já apresentados.

4.25.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio do documento.

4.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b) Sistema Integrado de Registro do CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e do CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992.

5.2.1. Para as licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b" a "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

5.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.3.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.3.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada desclassificada, por falta de condição de participação.

5.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.5. Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.4.1 e 3.6 deste edital.

5.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 do Decreto Municipal nº 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo (unitário e global) e/ou apresentar desconto menor que o definido para a contratação, conforme o critério de julgamento definido neste Edital;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário, conforme planilha anexa ao edital;

5.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.9.4. Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

5.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, a licitante vencedora será convocada a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.12.1. O ajuste de que trata este subitem se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o prazo para entrega das amostras.

5.14.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.14.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das



especificações previstas no Termo de Referência, a proposta da licitante será recusada.

5.14.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pela primeira classificada não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previsto necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.2.1. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados de forma legível e, se for o caso, conforme exigido no Edital.

6.5. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

6.6. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.7. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.8. A habilitação será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, nos documentos por ele abrangidos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

6.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

6.9. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

6.9.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar inabilitação.

6.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Portal de Compras Públicas serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.10.1.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio do documento.

6.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.11. A verificação no Portal de Compras Públicas ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.

6.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.

6.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todas as licitantes.

6.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/2021):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, que não foram juntados com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, sendo que a juntada deverá ser solicitada e os documentos avaliados pelo Pregoeiro, quando o substituir (Acórdão TCU n.º 1.211/2021, Plenário).

6.13. Na análise dos documentos de habilitação, o agente ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.14. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.11.1.

6.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida do vencedor, e não como condição para participação na licitação.

6.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

8.2. A impugnação poderá ser enviada por meio eletrônico em campo próprio do processo exclusivamente no [Sistema Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

8.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados por meio eletrônico em campo próprio exclusivamente no [Sistema Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

8.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

8.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas.



9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

9.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

9.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

9.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.9. Em caso de divergência entre as especificações e quantidades do objeto contidas no Portal de Compras Públicas e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes nesse último.

9.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras Públicas e no endereço eletrônico www.mata.rs.gov.br (aba Acesso à Informação > Licitações > 2024 > Pregão Eletrônico) concomitantemente com cópia digital dos documentos gerados no decorrer do certame.

9.11. As despesas decorrentes do objeto correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s), a seguir indicadas:

06.03.27.812.0048.2020.339030 (153)
06.03.12.361.0109.1253.339030 (370)
06.04.12.361.0109.2139.339030 (171)
06.03.12.365.0110.1161.339030 (161)
06.01.12.365.0110.2024.339030 (137)
06.01.12.361.0002.2018.339030 (121)
02.01.04.122.0002.2003.339030 (08)
03.01.04.122.0002.2007.339030 (47)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

04.01.04.123.0012.2009.339030 (69)
05.01.04.121.0002.2067.339030 (94)
07.01.13.392.0002.2035.339030 (194)
08.01.10.301.0111.2040.339030 (219)
09.01.20.605.0002.2057.339030 (301)

9.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- I – Estudo Técnico-Preliminar;
- II – Termo de Referência;
- III – Modelo de Proposta;
- IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Mata, RS, 16 de outubro de 2024.

Rogério Kuhn
Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO

Este Edital foi examinado e aprovado em 16/10/2024 pelo Setor Jurídico Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se quanto ao objeto por não deter conhecimento técnico sobre o mesmo.

Ruan Pablo da Silva Schütz
Assessor Jurídico – OAB/RS 102.375



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

ANEXO I

Estudo Técnico Preliminar – ETP
(em arquivo PDF anexo)

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br

Página 21 de 35



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

Anexo II

Termo de Referência - TR
(em arquivo PDF anexo)

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br

Página 22 de 35



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
"Mata, cidade da pedra que foi madeira"

ANEXO III

ITENS / MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 12/2024

Item	Descrição do objeto	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitá R\$	Valor Total R\$
1.	TNT AMARELO, LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.000 M		
2.	TNT AZUL, LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.000 M		
3.	TNT LARANJA, LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.500 M		
4.	TNT MARROM, LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.000 M		
5.	TNT PRETO, LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.500 M		
6.	TNT ROSA, LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.500 M		
7.	TNT ROXO, LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.000 M		
8.	TNT VERDE, LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.000 M		
9.	TNT VERDE BANDEIRA LARGURA DE 1,40, GRAMATURA 40 GR/M².		1.500 M		
10.	TNT ROSA PINK - LARGURA DE 1,40, GRAMATURA 40 GR/M².		1.500 M		
11.	TNT VERMELHO - LARGURA DE 1,40, GRAMATURA 40 GR/M².		1.500 M		
12.	TNT BRANCO LARGURA DE 1,40, GRAMATURA 40 GR/M².		2.500 M		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

13.	TNT LILÁS COM LARGURA DE 1,40, GRAMATURA 40 GR/M².		1.000 M		
14.	TNT CINZA LARGURA DE 1,40, GRAMATURA 40 GR/M².		1.000 M		
15.	TNT AZUL CELESTE LARGURA 1,40 MT, GRAMATURA 40 GR/M².		1.500 M		
16.	CARTOLINA AMARELO CANÁRIO 50X66, MINIMO DE 120G		600 FL		
17.	CARTOLINA AZUL 50X66, MINIMO DE 120G		600 FL		
18.	CARTOLINA ROSA 50X66, MINIMO DE 120G		600 FL		
19.	CARTOLINA ROSA PINK 50X66, MINIMO DE 120G		600 FL		
20.	CARTOLINA VERDE 50X66, MINIMO DE 120G		600 FL		
21.	CARTOLINA BRANCA FOLHAS DE 50X66, MINIMO DE 120G		1.200 FL		
22.	PAPEL CREPOM AMARELO ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		1.200 FL		
23.	PAPEL CREPOM AZUL ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		600 RL		
24.	PAPEL CREPOM AZUL CLARO - ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		600 RL		
25.	PAPEL CREPOM LARANJA - ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		1.200 RL		
26.	PAPEL CREPOM PRETO ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		600 RL		
27.	PAPEL CREPOM MARROM ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		600 RL		
28.	PAPEL CREPOM ROXO ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		1.200 RL		
29.	PAPEL CREPOM VERDE ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		600 RL		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

30.	PAPEL CREPOM VERDE MAÇA ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		600 RL		
31.	PAPEL CREPOM VERMELHO ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		1.200 RL		
32.	PAPEL CREPOM BRANCO - ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		1.200 RL		
33.	PAPEL CREPON ROSA CLARO ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48 CM		600 RL		
34.	PAPEL CREPOM ROSA PINK, ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		600 RL		
35.	PAPEL CREPOM VERDE BANDEIRA ROLO COM MÍNIMO DE 2 METROS X 48CM		1.200 RL		
36.	CORRETIVO LIQUIDO 18ML, NÃO TÓXICA, A BASE DE ÁGUA		400 UNID		
37.	PALITO PARA CHURRASCO, DE MADEIRA.		120 PAC		
38.	PALITOS PARA PICOLÉ - DE MADEIRA		120 PAC		
39.	BASTÃO DE COLA QUENTE, 30CM x 11MM DE ESPESSURA.		120 PAC		
40.	FOLHA A4 COR ROSA, COM 100 FOLHAS		120 PAC		
41.	FOLHA A4 AZUL - PCT COM 100 UND.		120 PAC		
42.	FOLHA A4 AMARELA - PCT COM 100 UND		120 PAC		
43.	FOLHA A4 VERDE- PCT COM 100 FOLHAS		120 PAC		
44.	PAPEL CARTÃO A4 BRANCO. 180 GR. PACOTE COM 50 UNIDADES.		360 PAC		
45.	PAPEL CARTAO A4 AZUL, 180GR. PACOTE COM 50 UND		120 PAC		
46.	PAPEL CARTAO AMARELO - 180 GR - PACOTE COM 50 UND		120 PAC		
47.	PAPEL CARTAO VERMELHO - 180 GR. PACOTE COM		120 PAC		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
"Mata, cidade da pedra que foi madeira"

	50 UNIDADES				
48.	COLA GLITER ROSA- EMBALAGEM DE 95 GR		240 UNID		
49.	COLA GLITER AZUL - EMBALAGEM DE 95G		240 UNID		
50.	COLA GLITER LILÁS - EMBALAGEM DE 95G		240 UNID		
51.	COLA GLITER AMARELO - EMBALAGEM DE 95G		240 UNID		
52.	COLA GLITER VERMELHO - EMBALAGEM DE 95G		240 UNID		
53.	COLA GLITER VERDE - EMBALAGEM DE 95G		240 UNID		
54.	COLA COLORIDA - CX COM 04 CORES 23G		480 CX		
55.	BARBANTE CRU Nº 2 - ROLO 500GR, APROXIMADAMENTE 1700 M		120 UNID		
56.	BARBANTE CRU Nº 4 - ROLO COM 1 KG, APROXIMADAMENTE 1500M		120 RL		
57.	FITA ADESIVA 12X40 FINA, TRANSPARENTE		240 UNID		
58.	FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE 48mmX100m		240 UNID		
59.	FITA CREPE 24MMX50MT		360 RL		
60.	FITA DUPLA FACE 18MM X 30M		240 RL		
61.	PERCEVEJOS LATONADOS - COM 100 UND - ANTIFERRUGEM		180 CX		
62.	ALFINETES DE METAL, COM 2,5 CM CADA - CX COM 300 UND		180 CX		
63.	GRAMPO 26/6, CAIXA 5000 UN, GALVANIZADOS		120 CX		
64.	CLIPS Nº 6, GALVANIZADOS - CX COM 220 UND		240 CX		
65.	CLIPS Nº 8 METALIZADO COM 500G CADA.		120 CX		
66.	CLIPS Nº 2, METÁLICOS - CX COM 500 G		180 CX		
67.	TINTA GUACHE 250 ML - AMARELO		480 UNID		
68.	TINTA GUACHE 250ML AZUL		480 UNID		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

69.	TINTA GUACHE 250ML - BRANCA		360 UNID		
70.	TINTA GUACHE 250ML - PRETA		360 UNID		
71.	TINTA GUACHE 250ML VERMELHA		480 UNID		
72.	TINTA GUACHE 250ML VERDE		480 UNID		
73.	TINTA GUACHE 12 CORES - 15ML CADA COR		1.500 CX		
74.	MASSA DE MODELAR - CAIXA COM 12 CORES SORTIDAS		3.000 CX		
75.	LÁPIS DE COR GRANDE - CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES		2.500 CX		
76.	MASSA DE MODELAR COM GLITER - CAIXA 90G,		1.000 CX		
77.	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL, PONTA TRAÇO MÉDIO		2.500 UNID		
78.	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA PONTA TRAÇO MÉDIO		2.500 UNID		
79.	CADERNO GRANDE CAPA DURA 96 FL - EM ESPIRAL		1.800 UNID		
80.	CADERNO PEQUENO CAPA DURA 96 FL		1.000 UNID		
81.	CADERNO BROCHURA FLEXÍVEL - COM 48 FOLHAS		500 UNID		
82.	COLA BRANCA 1 KG - NÃO TÓXICA. LAVÁVEL		300 UNID		
83.	COLA BRANCA 90G, LAVÁVEL.		2.000 UNID		
84.	GRAMPO PARA PASTA TRILHO METALICO, CX COM 50 UNIDADES		200 CX		
85.	COLA INSTANTÂNEA - EMBALAGEM DE 90G		500 UNID		
86.	EVA COM GLITER AZUL PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
87.	EVA COM GLITER DOURADO PACOTE COM 10		480 PAC		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
"Mata, cidade da pedra que foi madeira"

	UNIDADES				
88.	EVA COM GLITER VERMELHO - PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
89.	EVA COM GLITER ROSA PINK - PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
90.	EVA COM GLITER NA COR VERDE, PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
91.	EVA COM GLITER NA COR PRATEADO - PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
92.	EVA COM GLITER NA COR BRANCA - PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
93.	EVA COM GLITER NA COR LARANJA - PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
94.	EVA COM GLITER - NA COR PRETA - PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
95.	EVA COM GLITER - NA COR LILÁS - PACOTE COM 10 UNIDADES		480 PAC		
96.	EVA ROSA PINK COM GLITER 10 UNIDADES,		480 PAC		
97.	EVA COM GLITER - NA COR MARROM - PACOTE COM 10 UNIDADES,		480 PAC		
98.	EVA COM GLITER AMARELO, COM 10 UNIDADES,		480 PAC		
99.	EVA COM GLITER NA COR AZUL ROYAL PACOTE COM 10 UNIDADES,		480 PAC		
100.	EVA COM GLITER NA COR VERDE BANDEIRA - PACOTE COM 10		480 PAC		
101.	EVA POÁ BRANCO COM BOLINHAS PRETAS - PACOTE COM 10 UNID		240 PAC		
102.	EVA POÁ PRETO COM BRANCO - PACOTE COM 10 UNIDADES		240 PAC		
103.	EVA POA AMARELO COM BOLINHAS PRETAS - PACOTE COM 10 UNID		240 PAC		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

104.	EVA POÁ VERMELHO COM BOLINHAS PRETAS - PACOTE COM 10 UNID		24 PAC		
105.	EVA POÁ AZUL COM BOLINHAS PRETAS - PACOTE COM 10 UNID		240 PAC		
106.	EVA POÁ VERDE COM BOLINHAS BRANCAS - PACOTE COM 10 UNID		240 PAC		
107.	EVA BRANCO 40CM X 60CM X 5MM - PCT COM 10 UNID		1.500 PAC		
108.	EVA VERMELHO 40CM X 60CM X 5MM - PCT COM 10 UNID		2.000 PAC		
109.	EVA VERDE BANDEIRA - PACOTE COM 10 UNIDADES		2.000 PAC		
110.	EVA VERDE MAÇA - PACOTE COM 10 UNIDADES		600 PAC		
111.	EVA PRETO 40CM X 60CM X 5MM - PCT COM 10 UND CADA		600 PAC		
112.	EVA AMARELO OURO - PACOTE COM 10 UNIDADES		700 PAC		
113.	EVA AMARELO - PACOTE COM 10 UNIDADES		700 PAC		
114.	EVA AZUL CLARO - PACOTE COM 10 UNIDADES		700 PAC		
115.	EVA AZUL -EVA AZUL - PACOTE COM 10 UNIDADES.		1.000 PAC		
116.	EVA ROXO -PACOTE COM 10 UNIDADES		700 PAC		
117.	EVA LARANJA -PACOTE COM 10 UNIDADES		1.500 PAC		
118.	EVA ROSA - PACOTE COM 10 UNIDADES		700 PAC		
119.	EVA ROSA PINK - PCT COM 10 UND		700 PAC		
120.	EVA MARROM - PACOTE COM 10 UNIDADES		800 PAC		
121.	EVE BEGE - PACOTE COM 10 UNIDADES		800 PAC		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

122.	EVA LISTRADO PRETO COM BRANCO		240 PAC		
123.	EVA LISTRADO PRETO COM VERMELHO - PACOTE COM 10 UNIDADES		240 PAC		
124.	EVA LISTRADO VERDE COM BRANCO - PACOTE COM 10 UNIDADES		240 PAC		
125.	EVA LISTRADO ARCO IRIS - MULTI COLOR -PACOTE COM 10 UNID		240 PAC		
126.	EVA LISTRADO AZUL COM BRANCO PACOTE COM 10 UNIDADES		240 PAC		
127.	LÁPIS PRETO Nº 02 SEXTAVADO, GRAFITE PRETO RESISTENTE		120 CX		
128.	FOLHA DE OFICIO A4 BRANCA, PCT COM 500 FOLHAS CADA		2.500 PAC		
129.	PLÁSTICO PARA PLASTIFICADORA - PACOTE COM 100 UNIDADES		240 PAC		
130.	TESOURA DE PICOTAR ONDULADA		120 UNID		
131.	TESOURA DE PICOTAR ZIGZAG		120 UNID		
132.	APONTADOR - COM DEPÓSITO PLASTICO		100 CX		
133.	TESOURA 30 CM		120 UNID		
134.	BORRACHA BRANCA ESCOLAR		2.500 UNID		
135.	GIZ DE CERA FORMATO ANATÔMICO, COM 12 CORES		1.500 CX		
136.	GIZ BRANCO PARA QUADRO NEGRO, PLASTIFICADO		500 CX		
137.	GIZ PARA QUADRO NEGRO, ATOXICO COLORIDO		500 CX		
138.	TESOURA ESCOLAR - MODELO VAI - E - VEM		1.500 UNID		
139.	PINCEL Nº4		300 UNID		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

140.	PINCEL Nº6		300 UNID		
141.	PINCEL Nº12		300 UNID		
142.	PINCEL Nº8		300 UNID		
143.	PINCEL 4".		300 UNID		
144.	PINCEL 3".		300 UNID		
145.	PASTA ABA COM ELASTICO COM DORSO 50MM		800 UNID		
146.	PASTA ABA COM ELASTICO, FINA TAMANHO A4		800 UNID		
147.	PASTA EM L		500 UNID		
148.	PASTA PLÁSTICA COM DORSO 30 MM, POLIONDULADA OFICIO A4		500 UNID		
149.	ENVELOPE SACO KRAFT		500 UNID		
150.	ENVELOPE OFICIO BRANCO		500 UNID		
151.	APAGADOR		200 UNID		
152.	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL		500 UNID		
153.	PINCEL PARA QUADRO BRANCO COR PRETO		800 UNID		
154.	PINCEL QUADRO BRANCO - COR VERMELHO		500 UNID		
155.	PINCEL QUADRO BRANCO - COR VERDE		500 UNID		
156.	CANETA PONTA FINA. 0.8 MM VERMELHA		2.000 UNID		
157.	CANETA HIDROCOR - 12 CORES -CADA CANETINHA		2.000 CX		
158.	RÉGUA 30 CM TRANSPARENTE, FLEXÍVEL		1.500 CX		
159.	CADERNO -200 FOLHAS. UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO		1.500 CX		
160.	TINTA GUACHE - 6 CORES		2.000 CX		
161.	BALÃO Nº9 COM 50 UNIDADES		500 PAC		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

162.	BALÃO Nº9		500 PAC		
163.	BALÃO CORAÇÃO VERMELHO TAM10		200 PAC		
164.	BALÃO CANUDO		200 PAC		
165.	BALÃO Nº 07		500 PAC		
166.	CANETA MARCA TEXTO -KIT 06 CORES		300 UNID		
167.	BLOCO AUTOADESIVO		500 UNID		
168.	ALCALINAS, AA2 PCT COM 2 UND		400 UNID		
169.	ALCALINAS, PCT COM 2 UND CADA		400 UNID		
170.	BOBINA PAPEL PARDO - 60CM X20CM X20 CM		10 UNID		
171.	CAIXA ARQUIVO MODELO PADRAO		400 UNID		
172.	PASTAS SUSPENSAS COMPLETAS		600 UNID		
173.	COLA PARA EVA E ISOPOR, MINIMO 90G.		300 UNID		
174.	COLCHETES Nº 12		100 CX		
175.	PAPEL CAMURÇA		600 FL		
176.	PAPEL CRIATIVO COLORIDO, 12 CORES		200 PAC		
177.	CAIXA ORGANIZADORA EM MDF 35x25x25cm		300 UNID		
178.	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 56 L		100 UNID		
179.	TECIDO OXFORD		600 M		
180.	MALHA TECIDO		300 M		
181.	TECIDO OXFORDINE BRANCO		100 M		
182.	FIBRA SILICONADA		100 KG		
183.	FOLHA DE ISOPOR		200 UNID		
184.	COMPASSO PARA DESENHO		500 UNID		

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
"Mata, cidade da pedra que foi madeira"

185.	TECIDO DE ALGODAO		200 M		
186.	BANDEJA LAMINADA QUADRADA Nº 6		500 UNID		
187.	ADESIVO MEIA PÉROLA 6MM - CARTELA		500 UNID		
188.	KIT DE FURADOR PARA EVA		50 UNID		
189.	FURADOR PARA EVA		100 UNID		
190.	PAPEL FOTOGRAFICO		100 UNID		
191.	LIVRO ATA 50 FOLHAS		60 UNID		
192.	GRAMPEADOR DE MADEIRA		10 UNID		
193.	GRAMPO 8MM – CX COM 2200 UNIDADES		50 CX		
194.	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE MADEIRA		10 CX		

NOME DA EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS.

LOCAL E DATA: _____

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL

Rua do Comércio nº 495, Centro – CEP 97.410-000 – Fone (55) 3259-1122

E-mail: prefeitura@mata.rs.gov.br – Site: www.mata.rs.gov.br



PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 80/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 16/2024

ANEXO IV

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____

O **MUNICÍPIO DE MATA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 88.485.412/0001-00, por seu representante legal abaixo firmado, pelo presente instrumento resolve formalizar a presente Ata de Registro de Preços com a empresa (QUALIFICAÇÃO LICITANTE VENCEDOR), representada neste ato por seu representante legal, Sr (QUALIFICAÇÃO RESPONSÁVEL LEGAL), o fornecimento dos bens/itens especificados neste documento, nas condições do **Processo Licitatório nº 80/2024** e seus anexos do **Pregão Eletrônico nº 16/2024**, para **REGISTRO DE PREÇOS** realizado conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, comprometendo-se as partes pelas obrigações de fornecimento e pagamento consignadas neste documento, que servirá de instrumento contratual para os fins de lei, como segue:

1. DO OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objetivo o **REGISTRO DE PREÇOS** visando o futuro fornecimento de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE**, nos termos do Edital e Termo de Referência, conforme condições especificação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. Estim.	Valor Unitário	Valor Total

2. DOS PRAZOS DE ENTREGA:

2.1. A entrega do objeto licitado deverá ser realizada em local(is) indicados pela Prefeitura Municipal de Mata, RS, mediante o encaminhamento de Ordem de Empenho devidamente assinada pelo responsável pelo Setor Solicitante, a qual deverá ser entregue à empresa contratada.

Observação 1: As Ordens de Empenho que não estiverem devidamente assinadas pelo solicitante não serão pagas, sendo de responsabilidade do licitante, no momento do recebimento desta, solicitar as devidas assinaturas.

2.2. A existência de preços registrados **não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir**, facultando-se a realização específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DO PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado (CONFORME PRAZO DEFINIDO NO TR), após o aceite da fiscalização sobre as Notas Fiscais emitidas, juntamente com o Termo de Recebimento Definitivo.

3.2. Caso a aquisição do item encontre-se vinculada a Termo de Convênio firmado entre o Município de Mata e o Estado do Rio Grande do Sul, a Licitante Vencedora deverá fazer



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA
“Mata, cidade da pedra que foi madeira”

constar informações relativas ao instrumento pactuado, conforme indicação da municipalidade;

3.3. A liberação dos pagamentos, contudo, ficará sujeita ao aceite, por meio do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, emitido pelo setor responsável.

3.4. Consideram-se incluídas nos Preços Unitários Brutos propostos, todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas, decorrentes das entregas.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas deste contrato, serão as das respectivas secretarias solicitantes:

Projeto/Despesa

5. DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1. Fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, o Processo Licitatório nº 80/2024 e seus anexos do Pregão Eletrônico nº 16/2024, que explicitam as demais condições deste fornecimento, processado na forma do art. 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, com os quais o Fornecedor/Contratado, abaixo assinado, se obriga, sob as penas da lei.

E por assim estarem de acordo, firmam o presente instrumento em formato digital, elegendo o Foro da Comarca de São Vicente do Sul, RS, para dirimir eventuais questões dele decorrentes, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Mata, RS, ____ de _____ de 2024.

Representante do Município

Representante da Empresa

Esta de Ata de Registro de Preços foi examinada e aprovada em 16/10/2024 pelo Setor Jurídico Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, por não deter conhecimento técnico sobre o mesmo.

Ruan Pablo da Silva Schütz
Assessor Jurídico
OAB/RS 102.375

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

QD7

J64

D6Q

V1M